

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Entre as décadas de 1890 e 1930, período caracterizado pelo processo de modernização das grandes cidades, observou-se uma das maiores transformações técnicas nas habitações: a sua articulação aos sistemas de infraestrutura urbana. Com a chegada dos serviços de abastecimento de energia e saneamento no interior da moradia, surgiu a necessidade de espaços e práticas específicas para o funcionamento da nova aparelhagem, o que implicava a reorganização dos ambientes e da vida doméstica.

Um dos grandes feitos da tecnologia das canalizações foi concentrar e organizar os fluxos de água pura e servida, antes dispersos pelo espaço da cidade, e estabelecer, assim, maior controle sobre a captação e o descarte da água. Simultaneamente à oferta da infraestrutura sanitária, existia uma série de ações deliberadas para a extinção do uso compartilhado e gratuito da água, como a destruição dos chafarizes, para forçar a conexão das residências às redes urbanas, e a proibição do uso dos rios e córregos para banho, lavagem de roupa ou despejo de dejetos. Além dos riscos que ofereciam à saúde pública, essas práticas, comuns até então, passaram a ser consideradas como expressão do atraso civilizacional das grandes cidades do país, obstáculos em seu processo de modernização.

Nesse sentido, o cerceamento de determinadas práticas no espaço público respondia ao enquadramento de ordem do sistema de higiene, pelo qual se promovia a casa como lugar privilegiado do domínio sobre o consumo da água e de eliminação dos dejetos. Trata-se do processo que François Béguin, engenheiro de materiais e ex-líder do Grupo de Energia e Meio Ambiente, na França, denomina de “domesticação da circulação dos fluidos”, em referência ao pioneiro sistema urbano de redes nas cidades industriais inglesas do século XIX.

Béguin mostra que, embora não tenham sido desenvolvidos para as habitações residenciais, o aparelhamento técnico e as atividades de captação de água, lavagem de roupa, banhos, despejo de água servida etc. passaram a ter lugar nos espaços domésticos. A configuração arquitetônica foi transformada com a instalação de dispositivos e equipamentos, bem como com a formulação de ambientes especiais, como os banheiros.

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias do texto CG1A1.

- 1 De acordo com as informações do texto, para que as atividades de captação de água, lavagem de roupa, banhos e despejo de água servida pudessem ser realizadas no ambiente doméstico, o aparelhamento técnico respectivo precisou ser reformulado.
- 2 Conclui-se da leitura do texto que uma consequência direta do processo de modernização das grandes cidades foi a alteração da rotina doméstica de seus habitantes.
- 3 Entende-se da leitura do texto que, no século XIX, a Inglaterra se destacou na ‘domesticação da circulação dos fluidos’.
- 4 Infere-se do texto que a captação e o descarte da água nas grandes cidades, nas décadas iniciais do século XX, deslocaram-se da alçada governamental para a alçada individual de seus moradores.
- 5 Depreende-se da leitura do texto que, antes do processo de canalização de água nas grandes cidades, o banheiro não fazia parte das dependências internas das residências.

Julgue os itens que se seguem, com base na estruturação linguística do texto CG1A1 e no vocabulário nele empregado.

- 6 A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso o trecho “passaram a ser consideradas” (terceiro período do segundo parágrafo) fosse substituído por **foram consideradas**.
- 7 A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso se substituisse o trecho inicial “Entre as décadas de 1890 e 1930” (primeiro período do primeiro parágrafo) por **Da década de 1890 à de 1930**.
- 8 A oração que constitui o primeiro período do texto é construída na voz passiva.
- 9 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “sua” tem como referente o termo “transformações”.
- 10 Estariam preservadas a correção gramatical do texto e a coerência de suas ideias caso o trecho “existia uma série de ações deliberadas” (segundo período do segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **existiam ações deliberadas**.
- 11 No segundo período do primeiro parágrafo, o trecho “a necessidade de espaços e práticas específicas para o funcionamento da nova aparelhagem” funciona como complemento da forma verbal “surgiu”.
- 12 A correção gramatical e a coerência das ideias do texto seriam mantidas caso se substituisse a forma verbal “implicava” (segundo período do primeiro parágrafo) por **resultava**.
- 13 As expressões “a conexão das residências às redes urbanas”, “e a proibição de uso dos rios e córregos para banho”, “lavagem de roupa” e “ou despejo de dejetos” (segundo período do segundo parágrafo) são coordenadas entre si e exercem a mesma função sintática na oração em que se inserem.

- 14 A expressão “pelo qual” (primeiro período do terceiro parágrafo) poderia ser substituída por **onde**, sem alteração do sentido do texto ou prejuízo de sua correção gramatical.
- 15 A palavra “referência” (segundo período do terceiro parágrafo) é empregada no texto com o sentido de **alusão**.
- 16 No primeiro período do quarto parágrafo, a supressão da vírgula após o termo “que” preservaria a correção gramatical do texto.
- 17 Na estrutura “tenham sido desenvolvidos” (primeiro período do quarto parágrafo), o emprego da forma verbal “tenham” no plural e do termo “desenvolvidos” no masculino plural deve-se à necessidade de concordância com os termos “aparelhamento” e “atividades”, conjuntamente.

Julgue os itens a seguir, no que se refere à teoria geral dos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

- 18 Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, em alguns casos, terão imunidade de jurisdição.
- 19 A preservação da memória histórica e a construção pública da verdade são uma das diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos.
- 20 Os direitos humanos são uma construção consciente vocacionada a assegurar a dignidade humana.
- 21 A responsabilização internacional por violação de direitos humanos pela conduta do Poder Judiciário pode ocorrer em duas hipóteses: quando a decisão judicial é tardia ou inexistente ou quando a decisão judicial é tida como violadora de direito protegido.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), julgue os itens a seguir.

- 22 Em teatros, cinemas e shows, caso os ingressos não sejam vendidos dentro de um prazo razoável para locais reservados a pessoas com deficiência, as reservas devem ser mantidas, sendo vedada a destinação a outras pessoas, para garantir o acesso à cultura das pessoas com deficiência.
- 23 É vedado ao poder público, quando do seu interesse, exigir o comparecimento da pessoa idosa enferma perante os órgãos públicos.
- 24 Caso seja necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela que alcança os direitos patrimoniais, matrimoniais e negociais em razão da natureza protetiva da medida.

Julgue os seguintes itens, no que diz respeito ao Pacto de São José da Costa Rica e ao Decreto n.º 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

- 25 O Estado-Parte, em caso de perigo público, pode suspender, temporariamente, algumas garantias asseguradas pelo Pacto de São José da Costa Rica, inclusive o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica.
- 26 A liberdade de associação para fins religiosos não está prevista na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- 27 Não é cabível recurso de apelação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo possível apenas pedido de esclarecimento com relação ao sentido ou alcance da decisão dentro do prazo de noventa dias a partir da data de notificação do ato decisório.

Durante análise a respeito dos fluxos de aprovação de projetos de arquitetura em um conselho regional, foram registradas as seguintes observações sobre os pareceres técnicos emitidos.

- Sempre que o parecer for favorável, o responsável técnico elaborará o termo de aprovação.
- Se o projeto apresentar pendências documentais, então o parecer não será favorável.
- Em alguns casos, mesmo sem pendência documental, o parecer não será favorável.
- Todos os termos de aprovação elaborados são acompanhados de comunicação oficial enviada ao requerente.

A partir das informações precedentes, julgue os itens a seguir, à luz da lógica proposicional.

- 28 Se o projeto tem pendência documental, então não será elaborada a comunicação oficial.
- 29 Para determinado projeto, se o termo de aprovação foi elaborado, então a comunicação oficial foi enviada e o parecer foi favorável.
- 30 É possível que um projeto esteja sem pendência documental e, ainda assim, não tenha o parecer favorável.

Uma equipe de fiscalização técnica analisou os custos cobrados por escritórios de arquitetura para a elaboração de projetos institucionais padronizados, de aproximadamente 300 m², contratados por prefeituras de médio porte. A amostra a seguir incluiu valores analisados de 20 projetos similares, expressos em milhares de reais.

45, 45, 46, 47, 47, 47, 48, 49, 50, 51,

52, 53, 54, 55, 56, 60, 65, 70, 72, 80

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem.

- 31 O desvio padrão dos valores da amostra é inferior a R\$ 18 mil.
- 32 A mediana dos valores da amostra é igual a R\$ 62,5 mil.
- 33 A moda dos valores da amostra é igual a R\$ 47 mil.

Com base no Regimento Interno do CAU/MG, na Resolução CAU/BR n.º 193/2020 e na Lei n.º 12.378/2010, julgue os itens a seguir.

- 34 A anuidade paga ao CAU será devida pelo seu valor integral quando o registro do arquiteto estiver ativo ao fim do exercício imediatamente anterior.
- 35 As anuidades não pagas ao CAU que tenham sido inscritas em dívida ativa poderão ser protestadas em cartório de protesto de títulos.
- 36 O conselho diretor, as comissões permanentes especiais e a comissão eleitoral do CAU/MG são considerados órgãos deliberativos.
- 37 O registro do arquiteto perante um dos CAU estaduais habilita o profissional a atuar em todo o território nacional.
- 38 Por expressa disposição legal, a direção de obras e de serviço técnico é uma atividade exclusiva do arquiteto e do urbanista.

Julgue os seguintes itens, de acordo com o Regimento Geral do CAU/BR e o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

- 39** Será considerado mandato sucessivo a recondução por mais de uma vez ao exercício do mesmo mandato de conselheiro titular, desde que o cargo tenha sido ocupado no mesmo conselho federal, estadual ou distrital.
- 40** Os fatos e atos verificados na vida privada do servidor público não devem ser considerados na avaliação da sua vida funcional, sob a ótica da conduta ética.
- 41** No desempenho de seu papel institucional, o CAU/BR tem competência exclusiva para exercer ações orientadoras e regulamentadoras, e aos CAU de cada estado cabe o exercício das atividades fiscalizadoras, disciplinadoras e judicantes.

Uma empresa contratada para a execução de um auditório constatou que parte da mobília prevista no objeto de licitação é de fornecimento exclusivo, sendo sua produção realizada unicamente por meio de encomenda, com prazo de produção e entrega estimada de 90 dias. Como requisito para formalização do pedido e início da produção, a fabricante exige pagamento antecipado correspondente a 50% do valor total dos itens. Diante dessa exigência, que envolve um desembolso significativo, o preposto da contratada formalizou ao gestor do contrato solicitação para medição e antecipação do pagamento referente à entrada de 50% demandada pela fabricante. O gestor do contrato analisou o edital de licitação e seus anexos e constatou que não havia sido prevista condição envolvendo antecipações de pagamento.

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes, à luz da Lei n.º 14.133/2021.

- 42** O gestor do contrato, caso tenha apresentado garantia adicional, específica para os casos de antecipação de pagamento, poderá aprovar de imediato o boletim de medição.
- 43** O gestor do contrato, caso tenha registrado o pedido de antecipação de pagamento mediante simples apostila e anexado a documentação que comprove a realização do pedido e os pagamentos já realizados pela contratada, poderá aprovar prontamente o boletim de medição.

A respeito do portal de compras do governo federal, julgue os itens que se seguem, considerando a Lei n.º 14.133/2021.

- 44** A ferramenta eletrônica de pesquisa de preços, presente no portal de compras do governo federal, além de informar o maior e o menor preço, também permite que os usuários calculem a média, a mediana, o desvio padrão e o coeficiente de variação do preço de um item pesquisado.
- 45** O órgão ou a entidade responsável pela licitação, após a homologação de processo licitatório, deverá disponibilizar no portal nacional de contratações públicas os documentos elaborados na fase preparatória da licitação, mesmo que não tenham integrado o edital e seus anexos.
- 46** Após a criação do portal nacional de contratações públicas, a publicidade dos editais de licitação por meio de diários oficiais passou a ser facultativa.
- 47** A ferramenta eletrônica de planejamento e gerenciamento de contratações, disponibilizada no portal de compras do governo federal, viabiliza a elaboração e a publicidade do plano anual de contratações, que passou a ser obrigatório após a publicação da Lei n.º 14.133/2021.

Julgue os próximos itens no que se refere às infrações e sanções administrativas previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

- 48** Advertência, multa e impedimento de licitar e contratar são exemplos de sanções que podem ser aplicadas aos responsáveis por infrações administrativas.
- 49** Dar causa à inexecução parcial ou total de um contrato caracteriza infração pela qual o contratado será responsabilizado administrativamente.

Julgue o item a seguir, no que diz respeito às competências do presidente do CAU/MG previstas no regimento interno do órgão.

- 50** Compete ao presidente do CAU/MG apreciar e deliberar sobre a assinatura de convênios com entidades públicas e privadas, bem como acerca da assinatura de parcerias em regime de mútua cooperação com organizações da sociedade civil, por meio de termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação.

Espaço livre